



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações de Capitalização

No exercício de 2017, a Bradesco Capitalização S.A. manteve a política de fortalecimento de sua participação no mercado, atingindo arrecadação no montante de R\$ 5,790 bilhões, apresentando um crescimento de 2,84% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando as arrecadações alcançaram R\$ 5,630 bilhões. Foram sorteados 3.708 títulos, atingindo o montante de R\$ 98,971 milhões de prêmios sorteados aos clientes.

Com isso, baseada por uma política de fidelização dos clientes voltada à qualidade no atendimento e à oferta de produtos, a Bradesco Capitalização encerrou o ano com 2,9 milhões de clientes e uma carteira de 23,269 milhões de títulos ativos.

Inovação em Produtos e Serviços

Além de possibilitar ao cliente a formação de uma reserva financeira, foi remodelado o *portfólio* com o lançamento de novos produtos da família Max Prêmios Bradesco com pagamentos mensais e únicos, variando de R\$ 20,00 (mensal) a R\$ 5.000,00 (único).

Resultado do Exercício

A Bradesco Capitalização apresentou, no exercício de 2017, Lucro Líquido de R\$ 435,086 milhões (R\$ 431,374 milhões no exercício de 2016), representando uma rentabilidade de 63,35% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Bradesco Capitalização, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

Investimentos

Os Ativos financeiros estão classificados nas categorias "Valor Justo por meio do Resultado" e "Disponível para Venda", conforme normas contábeis em vigor.

Investindo para o Futuro

Em seus mais de trinta anos de história, a Bradesco Capitalização tem pautado sua atuação com o compromisso de proporcionar aos seus clientes a oferta de Títulos de Capitalização diversificados, atender às suas expectativas e possibilitar a realização de seus sonhos. Tudo isto aliado ao importante papel de contribuir para o desenvolvimento do hábito da economia programada.

Alcançar estes objetivos tem sido possível em função dos investimentos constantes em pessoas, sistemas e processos, fazendo da Bradesco Capitalização uma das maiores e mais sólidas Companhias de Capitalização no Brasil.

No exercício foram realizados investimentos significativos no desenvolvimento de sistemas e de novos produtos. Entre os novos produtos, destaca-se o Pé Quente Max Prêmios Bradesco Capitalização, um produto inovador, diferenciado e abrangente, permitindo aos clientes uma ótima maneira de guardar dinheiro e ainda concorrer a prêmios todas as semanas.

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Capitalização faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Estão inseridos, nesse contexto, o tratamento dos riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno para alcançar os objetivos estratégicos, assegurar o acurramento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação das empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, visando o monitoramento contínuo de exposição e tolerância aos riscos.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, os membros do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros se reúnem, trimestralmente, com o objetivo de aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade do Grupo e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras deverá ser o maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes. As sociedades deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), e liquidez em relação ao capital de risco.

Governança Corporativa

Com o objetivo de preservar a confiabilidade e sempre contribuir para o desenvolvimento organizacional sustentável, o sistema de governança corporativa prevê relações entre as partes interessadas, externas e internas, as devidas prestações de contas baseadas em princípios de equidade, transparência, ética e uma gestão que busque sempre a excelência em seus processos, em conjunto com ferramentas eficientes de monitoramento, assegurando a aderência regulatória e a preservação dos valores estabelecidos nos Códigos de Conduta Ética da Organização Bradesco e Códigos de Conduta Ética Setoriais.

Fundamentados nessas premissas, mecanismos implementados colaboram na administração da Bradesco Capitalização: uma estrutura de comitês, que dá suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões de conduta e de responsabilidade corporativa; canais de comunicação para acolher opiniões, críticas, reclamações e informações sobre violações aos princípios contidos no Código de Conduta Ética, tratadas com confidencialidade; normas e procedimentos internos para traçar com clareza as diretrizes e responsabilidades de todos os profissionais que fazem parte do Grupo Bradesco Seguros.

Controles Internos e Compliance

A conformidade às leis e regulamentações é item indispensável nas atividades de Controles Internos e *Compliance* do Grupo Bradesco Seguros. Para a garantia desse item, a monitoria da publicação de normativos pelos Órgãos Reguladores é realizada diariamente, seguida do acompanhamento das ações necessárias até a respectiva implementação para o atendimento regulatório. Ainda, em atendimento às determinações legais e baseado na política da Organização Bradesco, a Bradesco Capitalização realiza tempestivamente testes de aderência dos controles, avaliando sua efetividade na mitigação dos riscos, de acordo com os requerimentos da seção 404 da Lei Americana *Sarbanes-Oxley* e/ou com os princípios *frameworks* de controles, como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e o COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*).

Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas operacionais, produtos e processos, visando proporcionar segurança razoável para o alcance dos objetivos relacionados a gerações, divulgação e conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos. Os resultados obtidos são reportados periodicamente à Alta Administração, ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Bradesco Capitalização, com o compromisso constante de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações e normas relativas aos temas, editadas pelos órgãos competentes e, principalmente, cooperando com os esforços das autoridades governamentais, nacionais e internacionais, de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, a Companhia atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, que são fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro. Esta estrutura prevê a análise individualizada de suspeição e a comunicação de propostas, operações ou situações com indícios ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), bem como a atuação do Comitê Executivo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, que objetiva acompanhar a efetividade das atividades relacionadas ao assunto no Grupo Bradesco Seguros. Destaca-se também o programa de treinamento sobre o tema ao quadro de funcionários, que abrange palestras, curso à distância e disponibilização de cartilhas.

Prevenção à Fraude

A Bradesco Capitalização coíbe e busca combater toda prática ou negócio com indícios de fraude ou qualquer outra prática ilícita, independentemente de sua proporção. Mantém-se também vigilante na prevenção e detecção dessas possíveis ocorrências, minimizando seus riscos operacionais, legais e reputacionais, assegurando assim a aderência às regulamentações vigentes.

Dada a importância do tema, a Companhia adota mecanismos de controles internos, como a disponibilização de canais de denúncia aos funcionários e à sociedade para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, acompanhando e apurando, quando cabível, as operações que apresentam indícios de irregularidades.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

Quando da ocorrência de um evento inesperado que venha interromper suas operações, a Bradesco Capitalização está preparada para continuar seus processos críticos e essenciais de negócios, em especial aqueles que afetam o cliente, através do Plano de Continuidade de Negócios (PCN). Trata-se de um conjunto de atividades, garantido por simulações e testes programados ou não, que visa assegurar a manutenção de suas operações, minimizando os efeitos e as perdas decorrentes de interrupções não previstas.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para a Bradesco Capitalização. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da gestão da informação. Nessa linha, são analisadas as normas e os regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, a Companhia tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política e das Normas Corporativas de Segurança da Informação, da publicação de matérias nos canais de melhores produtos disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Premiações

Na edição inaugural do Estadão Finanças Mais, prêmio criado em 2017 pelo jornal O Estado de São Paulo, com o objetivo de reconhecer as empresas e instituições líderes do setor financeiro no Brasil, a Bradesco Capitalização foi destaque em "Capitalização".

No Prêmio Segurador Brasil, promovido pela editora Brasil Notícias, a Bradesco Capitalização conquistou a categoria "Líder Global de Mercado". O prêmio aponta os destaques com base na avaliação técnica dos números em prêmios obtidos pelas seguradoras no ano anterior.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Barueri, 30 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
ATIVO			
CIRCULANTE		1.447.088	4.118.913
Disponível		84	126
Caixa e bancos		84	126
Aplicações	4	1.367.900	4.040.665
Crédito das operações de capitalização		5.100	6.807
Crédito das operações de capitalização		5.100	6.807
Outros créditos operacionais		36	13
Outros créditos operacionais		36	13
Títulos e créditos a receber		73.968	71.302
Créditos tributários e previdenciários	6	73.968	71.302
Outros créditos		32	57
ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.841.047	3.683.141
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		6.780.065	3.636.480
Aplicações	4	6.706.323	3.469.487
Títulos e créditos a receber		73.742	166.993
Créditos tributários e previdenciários	6	19.228	114.018
Dépósitos judiciais e fiscais	12(v)	54.514	52.975
IMOBILIZADO	7	1.151	1.344
Bens móveis		174	222
Outras immobilizações		977	1.122
INTANGÍVEL	8	59.831	45.317
Outros intangíveis		59.831	45.317
TOTAL DO ATIVO		8.288.135	7.802.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	2017	2016
PASSIVO			
CIRCULANTE		7.472.458	7.311.921
Contas a pagar		416.994	569.501
Obrigações a pagar	9	146.157	312.231
Impostos e encargos sociais a recolher		131.319	1.907
Encargos e trabalhistas		476	295
Impostos e contribuições	10	269.042	253.068
Débitos de operações com capitalização		433	329
Débitos operacionais		433	329
Dépósitos de terceiros		738	691
Provisões técnicas - capitalização	11	7.054.293	6.741.400
Provisão para resgates		6.875.023	6.587.771
Provisão para sorteios		75.475	56.647
Provisão administrativa		103.795	96.982
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		22.278	22.215
Outros débitos	12	22.278	22.215
Provisões judiciais		22.278	22.215
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	793.399	467.918
Capital social		385.000	385.000
Reservas de lucros		406.425	222.849
Ajustes de avaliação patrimonial		1.974	(139.931)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.288.135	7.802.054

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares reais)

	2017	2016
Resultado antes dos impostos e participações	791.239	782.741
Ajustes para:		
- Depreciações e amortizações	15.478	8.727
- Variações das provisões técnicas	5.187.128	5.136.149
- Ganho ou perda na alienação de investimentos, immobilizado e intangível	(7)	1
- Variações monetárias	388.384	460.633
Lucro líquido ajustado do exercício	6.382.222	6.388.251
Variações nas contas patrimoniais/(redução):		
- Aplicações - títulos a valor justo por meio do resultado	1.598.820	(1.950.066)
- Créditos das operações de capitalização	1.707	(2.674)
- Títulos e créditos a receber	760	5.867
- Outros créditos operacionais	(23)	43
- Contas a pagar	28.643	(7.894)
- Débitos das operações de capitalização	104	130
- Depósitos de terceiros	47	677
- Provisões técnicas - capitalização	(5.266.705)	(5.768.196)
- Outros débitos	(623)	2
Caixa consumido pelas operações	(3.637.270)	(7.722.111)
Imposto de renda sobre o lucro pago	(188.750)	(188.085)
Contribuição de renda sobre o lucro pago	(155.062)	(138.486)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	2.401.140	(1.660.431)
Atividades de investimento		
- Aplicações - Títulos disponíveis para a venda	(2.162.891)	1.708.430
- Ajustes com títulos e valores mobiliários - positivos	236.779	219.240
- Ajustes com títulos e valores mobiliários - negativos	(271)	(2.755)
- Aquisição de immobilizado	(9)	(16)
- Ativo intangível desenvolvido internamente	(29.790)	(24.882)
- Alienação de immobilizado	-	9
Caixa (consumido)/gerado nas atividades de investimentos	(1.956.182)	1.900.026
Atividades de financiamento		
- Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(445.000)	(240.000)
Caixa consumido nas atividades de financiamento	(445.000)	(240.000)
Redução de caixa e equivalente de caixa	(42)	(405)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	126	531
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	84	126
Redução de caixa e equivalente de caixa	(42)	(405)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2017	2016
Receita líquida com títulos de capitalização		678.707	560.915
Arrecadação com títulos de capitalização		5.790.520	5.630.329
Variação da provisão para resgate		(5.111.813)	(5.069.414)
Variação das provisões técnicas		(6.813)	(7.133)
Resultado das operações		(102.744)	(94.185)
Custo de aquisição	17(a)	(38.939)	(51.200)
Outras receitas e despesas operacionais	17(b)	21.714	36.347
Outras receitas operacionais		34.242	42.107
Outras despesa operacionais		(12.528)	(5.760)
Despesas administrativas	17(c)	(98.869)	(112.825)
Despesas com tributos	17(d)	(29.772)	(25.678)
Resultado financeiro	17(e)	367.595	471.416
Receitas financeiras		856.837	1.001.937
Despesas financeiras		(489.242)	(530.521)
Resultado operacional		790.879	777.657
Ganhos e perdas com ativos não correntes		360	5.084
Resultado antes dos impostos e participações		791.239	782.741
Imposto de renda	17(f),18	(194.789)	(192.779)
Contribuição social	17(f),18	(160.851)	(158.099)
Participações sobre o resultado		(513)	(489)
Lucro líquido do exercício		435.086	431.374
Quantidade de ações		227.150	227.150
Lucro líquido por ação - R\$		1.915,40	1.899,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	435.086	431.374
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		
Companhia	236.508	216.485
Efeitos dos impostos	(94.603)	(86.594)
Total do resultado abrangente do exercício	576.991	561.265
Atribuído aos acionistas controladores	576.991	561.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)**

	Reservas de lucros			Ajuste de	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	avaliação patrimonial		
Saldos em 1º de janeiro de 2016	385.000	46.383	45.092	(269.822)	-	206.653
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	129.891	-	141.905
Dividendos por conta de reservas (R\$ 198,51 por ação)	-	-	(45.092)	-	-	(45.092)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	431.374	431.374
Dividendos propostos (R\$ 1.122,19 por ação)	-	-	-	-	(254.908)	(254.908)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	21.569	154.897	-	(176.466)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	385.000	67.952	154.897	(139.931)	-	467.918
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	141.905	-	141.905
Dividendos por conta de reservas (R\$ 638,34 por ação)	-	-	(145.000)	-	-	(145.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	435.086	435.086
Dividendos propostos (R\$ 454,91 por ação)	-	-	-	-	(106.510)	(106.510)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	9.046	319.530	-	(328.576)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	385.000	76.998	329.427	1.974	-	793.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)**1 Contexto operacional**

A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em Barueri, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – (SUSEP) a operar em todas as modalidades de capitalização em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Alphaville, 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri - SP, CEP 06472-010.

A Companhia é controlada diretamente pela empresa Bradesco Seguros S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A.. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 31 de janeiro de 2018.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas 4 - Aplicações e 12 - Provisões judiciais; incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários a “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

(conforme nota explicativa 4b).

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e, os passivos de provisões técnicas, acompanham suas características e objetivos.

e. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC’s 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritas a seguir:

(i) Disponível e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do período.

(v) Determinação do valor justo

A determinação do valor justos das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos Públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Ações e Fundos Imobiliários

Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA).

Título privado - Certificado de Depósitos Bancários, Depósitos a prazo em Garantia Especial, Nota Promissória, Letras Financeiras

A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Depósitos Bancários, Depósitos a prazo em Garantia Especial, Notas Promissórias e Letras Financeiras adotada pela Companhia leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O spread de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contratos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O spread de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data de negociação/marketing a mercado e iv) cálculo do spread por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

Debênture

São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP).

Outros

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi registrada em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado, para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, não são revertidas.

(vii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos recebíveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos das Operações de Capitalização”, “Títulos e créditos a receber” que são contabilizados pelo custo amortizado decrescido de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(viii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com Derivativos são registradas e negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3).

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Brasil Bolsa Balcão (B3) e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

f. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.

O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática e benfeitoria em imóveis de terceiros.

g. Intangíveis

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de software são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil, e são testados por impairment, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

h. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

i. Provisões técnicas

A provisão matemática para capitalização (PMC) é constituída para cada título ativo ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano e é calculada através dos percentuais das quotas de capitalização, aplicável sobre os pagamentos realizados, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título.

A provisão para resgate (PR) é constituída pelos valores dos títulos vencidos e antecipados e consiste na atualização do saldo dos títulos com prazos de vigência finalizados ou rescindidos, atualizada pelo indexador do plano até a data do efetivo pagamento do valor de resgate ao titular.

A provisão para sorteios a realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o valor presente dos sorteios já custeados e ainda não realizados. A metodologia de cálculo consiste na acumulação de aportes que provêm de percentuais de cotas de sorteios aplicáveis sobre os pagamentos, conforme estabelecido no plano e de baixas que provêm do valor equivalente ao risco decorrido. Os percentuais das cotas de sorteio são previamente definidos em nota técnica atuarial e não são modificados durante a vigência do título.

A provisão para sorteios a pagar (PSP) é constituída pelos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios e ainda não pagos, atualizada monetariamente pelo período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação dos títulos.

A provisão de despesa administrativa (PDA) é constituída para cobrir as despesas de manutenção dos títulos de capitalização. Para o cálculo é realizada a projeção do valor presente esperado das despesas administrativas futuras e comparado com a projeção do valor presente esperado das parcelas referentes ao carregamento dos pagamentos futuros dos títulos. Como resultado foi identificado necessidade de provisionamento apenas para os títulos de pagamento único. A mudança de metodologia do cálculo da PDA em dezembro de 2017, que antes era realizada através do diferimento da cota de Carregamento do Prêmio Único, tem o objetivo de torná-la mais aderente as necessidades de provisionamento da companhia. A mudança gerou uma redução de R\$ 19 milhões na PDA.

j. Carregamento dos principais produtos

Processo SUSEP	Carregamento	
	Tipo	2017/2016
15414.901055/2016-10	PU	10%
15414.001381/2006-53	PU	9%
15414.900190/2015-67	PU	8%
15414.900188/2015-98	PU	5%
15414.100494/2012-89	PU	5%
15414.100141/2012-89	PM	11%
15414.901053/2016-21	PM	11%
15414.004839/2008-98	PM	10%
15414.003682/2003-79	PM	8%
15414.900061/2014-98	PM	8%

k. Ativos e passivos contingentes (provisões judiciais)**(i) Ativos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

l. Benefícios a empregados**(i) Obrigações de curto prazo**

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadorias**Plano de contribuição definida**

A companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

(iii) Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

(iv) Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15% e posteriormente, conforme Lei nº 13.169/2015 a alíquota foi alterada para 20%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que sejam apurados lucros futuros sujeitos à tributação contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

n. Resultado

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente no mês de sua emissão, de acordo com os tipos de arrecadação, podendo ser em pagamentos mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, que é atualizado monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% de juros ao mês.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.

As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de até 20 anos para títulos e sorteios não resgatados até 11 de novembro de 2003 e de 5 anos após esta data. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como “Custo de aquisição”, são reconhecidas contabilmente quando incorridas.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP.

CPC 47– Receita de contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada.

O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Administração planeja adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018.



A Administração, com base em sua avaliação, concluiu que não haverá impacto significativo em suas demonstrações contábeis. A SUSEP aprovou o CPC 47, conforme Circular SUSEP nº 561, emitida em dezembro de 2017.

CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48/IFRS 9 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que apresentem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

IFRS 17 – Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia.

A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021.

Os normativos, CPC 06 (R2), CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

São realizados investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, funcionários, colaboradores, fornecedores, etc, bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas de atividades contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado e abarcado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Dessa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar a uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Subscrição, Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de subscrição

O risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais relacionadas à constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Gerência de Produtos. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições o cálculo do capital regulatório bem como de enviar estudos de precificação de novos produtos.

Principais riscos associados aos Títulos de Capitalização

Os títulos de capitalização são de duração de médio e longo prazos, e por este motivo são utilizadas algumas premissas atuariais para monitorar e estimar os riscos envolvidos baseados na experiência histórica, tais como: premissas sobre retorno de investimentos, despesas administrativas, persistência e sorteios.

Os riscos associados aos títulos de capitalização incluem, entre outros:

- Risco de sorteio, que corresponde à expectativa da Companhia em pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas;
- Risco de comportamento do cliente, que inclui experiência de persistência;
- Os títulos de capitalização possuem garantias de rentabilidade pré-definidas, que corresponde ao risco de taxa de juros, que é gerenciado como parte do risco de mercado;
- Risco de despesa administrativa, que corresponde à possibilidade da Companhia ter despesas maiores que as esperadas.

Gerenciamento dos riscos dos Títulos de Capitalização

A Companhia monitora e avalia a exposição de riscos, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição de riscos e adequação das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica da Bradesco Capitalização.

O risco de sorteio é gerenciado pelo acompanhamento constante do desempenho das séries de títulos não integralizadas.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia.

O risco de um elevado nível de despesas é gerenciado principalmente pela avaliação da rentabilidade da companhia e pelo monitoramento mensal dos níveis das despesas administrativas.

c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do Risco de Crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em Títulos de Renda Fixa Público e operações compromissadas com lastro em Título Público Federal como demonstrado no quadro abaixo:

	AAA	AA	A	Sem rating	2017 Total
Ativos financeiros - Rating					
Valor justo por meio do resultado	1.172.495	96.412	96.558	-	1.365.465
Título de renda fixa público	1.071.791	-	-	-	1.071.791
Título de renda fixa privado	100.704	96.412	96.558	-	293.674
Disponíveis para a venda	6.666.406	-	39.917	2.435	6.708.758
Título de renda fixa público	6.665.012	-	-	-	6.665.012
Título de renda fixa privado	1.394	-	39.917	2.435	43.746

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que a contraparte é o governo federal.

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reatualização do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de títulos de capitalização. A qualidade dos investimentos, também garantem a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
À vista ou sem vencimento definido	120	34.288
Fluxo de 0 a 3 meses	1.517.042	1.257.234
Fluxo de 3 a 6 meses	3.998	1.550.413
Fluxo de 6 a 9 meses	145.957	1.025.645
Fluxo de 9 a 12 meses	3.998	952.855
Fluxo de 12 a 60 meses	7.103.795	2.632.276
Fluxo acima de 60 meses	1.277.736	-
Total	10.052.646	7.452.711

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, crédito das operações de capitalização. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, podem ser convertidos em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas e os débitos de operações com capitalização. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro, considerando o comprometimento do risco de liquidez, que inclui sua experiência de persistência, e o término de vigência dos títulos vigentes.

Gerenciamento do Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de assumidas, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições controladas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam a Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez. Trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de Limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelo Comitê Executivo de Investimentos e Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento em período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros.

Modelos de Mensuração do Risco de Mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de Sensibilidade de Risco de Mercado

Fator de risco	Cenário	
	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	
Índice Brasil Bolsa Balcão (B3) em pontos		75.638
Taxa Pré-ÍPCA de 1 ano		6,88%
Cupom de 12 meses		2,80%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes, em 31 de dezembro de 2017:

Período	Fatores de riscos		Total sem correlação	Total com correlação
	Taxa de Juros em reais (610)	Índices de preços (724)		
Dezembro 2017			(1.334)	(1.164)
	Exposições sujeitas à variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros		Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de Controle e Monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo.
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2017	%	2016	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.365.465	16,91	2.964.285	39,47
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	1.365.465	16,91	2.964.285	39,47
Títulos disponíveis para venda	6.708.758	83,09	4.545.867	60,53
Títulos de renda fixa - Notas do Tesouro Nacional	3.830.672	47,44	3.851.094	51,28
Títulos de renda fixa - Letras do Tesouro Nacional	2.834.340	35,10	594.395	7,92
Títulos de renda fixa - Debêntures	41.311	0,51	39.246	0,51
Títulos de renda fixa - Fundos de investimentos imobiliários	2.435	0,03	2.496	0,04
Títulos de renda fixa - Fundo de investimento de renda fixa	-	-	53.407	0,71
Títulos de renda fixa - Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	5.229	0,07
Total	8.074.223	100,00	7.510.152	100,00

b. Apresentação das aplicações por prazo e por título

Apresentamos, a seguir, a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

Títulos a valor justo por meio do resultado	2017						
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
	145.935	60.299	2.040	1.157.191	1.365.465	1.361.457	4.008
Letras Financeiras do Tesouro	-	18.567	-	598.506	617.073	616.975	98
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	424.498	424.498	421.278	3.220
Letras financeiras de emissores privados	57.698	41.732	-	35.937	135.367	135.240	127
Letras Financeiras do Tesouro - operação compromissada (nota 16a)	88.237	-	-	-	88.237	88.237	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	52.873	52.873	52.888	(15)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	30.220	30.220	29.685	535
Debêntures	-	-	2.040	15.157	17.197	17.154	43
Títulos disponíveis para venda	2.435	-	-	6.706.323	6.708.758	6.705.469	3.289
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	3.830.672	3.830.672	3.865.150	(34.478)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	2.834.340	2.834.340	2.799.540	34.800
Debêntures	-	-	-	41.311	41.311	30.271	11.040
Fundos de investimentos imobiliários	2.435	-	-	-	2.435	10.508	(8.073)
Total	148.370	60.299	2.040	7.863.514	8.074.223	8.066.926	7.297

Títulos a valor justo por meio do resultado	2016						
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
	83.957	47.413	190.702	2.642.573	2.964.285	2.964.225	60
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	314	2.125.099	2.125.413	2.128.422	(3.009)
Letras do Tesouro Nacional	19.726	-	15.487	262.286	297.499	294.765	2.734
Letras financeiras de emissores privados	-	47.413	137.648	87.207	272.088	270.863	1.225
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	150.596	150.596	150.123	473
Letras Financeiras do Tesouro - operação compromissada (nota 16a)	63.850	-	-	-	63.850	63.850	-
Debêntures	-	-	37.253	17.565	54.818	56.181	(1.363)
Notas do Tesouro Nacional - operação compromissada (nota 16a)	21	-	-	-	21	21	-
Títulos disponíveis para venda	1.076.380	-	-	3.469.487	4.545.867	4.779.086	(233.219)
Notas do Tesouro Nacional							



	2017			2016		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	1.071.791	293.674	1.365.465	2.573.508	390.777	2.964.285
Letras financeiras do tesouro	617.073	-	617.073	2.125.413	-	2.125.413
Letras do tesouro nacional	424.498	-	424.498	297.499	-	297.499
Letras financeiras de emissores privados	-	135.367	135.367	-	272.088	272.088
Letras financeiras do tesouro - operação	-	-	-	-	-	-
compromissada	-	88.237	88.237	-	63.850	63.850
Certificados de recebíveis imobiliários	-	52.873	52.873	-	-	-
Notas do tesouro nacional	30.220	-	30.220	150.596	-	150.596
Debêntures	-	17.197	17.197	-	54.818	54.818
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	-	-	-	21	21
Disponíveis para venda	6.667.447	41.311	6.708.758	4.501.367	44.500	4.545.867
Notas do tesouro nacional	3.830.672	-	3.830.672	3.904.476	-	3.904.476
Letras do tesouro nacional	2.834.340	-	2.834.340	594.395	-	594.395
Debêntures	-	41.311	41.311	-	39.246	39.246
Fundos de investimentos imobiliários	2.435	-	2.435	2.496	-	2.496
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	5.229	5.229
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	-	-	-	25	25
Total	7.739.238	334.985	8.074.223	7.074.875	435.277	7.510.152

e. Movimentação das aplicações financeiras

	2017			2016		
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 1º de janeiro	2.964.285	4.545.867	7.510.152	2.047.785	5.420.686	7.468.471
(+) Aplicações	-	-	-	(3.961.097)	(3.940.963)	(7.902.060)
(-) Resgates	-	-	-	314.492	446.660	761.152
(+) Rendimentos	-	-	-	-	236.508	236.508
(-) Ajuste ao valor justo	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro	1.365.465	6.708.758	8.074.223	1.365.465	6.708.758	8.074.223
Saldo inicial em 1º de janeiro	1.014.219	6.254.297	7.268.516	4.054.458	851.340	4.905.798
(+) Aplicações	-	-	-	(2.393.108)	(3.423.006)	(5.816.114)
(-) Resgates	-	-	-	288.716	646.751	935.467
(+) Rendimentos	-	-	-	-	216.485	216.485
(-) Ajuste ao valor justo	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro	2.964.285	4.545.867	7.510.152	2.964.285	4.545.867	7.510.152

f. Desempenho

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2017, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "disponível para venda", atingiu 101,81% no acumulado do período, em relação ao referido benchmark, e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram IPCA 3,97%, 9,40% (títulos pré-fixados) e 100% da SELIC (títulos pós-fixados).

5 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía contratos futuros em fundos de investimentos cujos diferenciais a pagar ou a receber (ajustes) são liquidados diariamente. Conforme determina a regulamentação vigente, as operações com contratos derivativos podem ser realizados nas carteiras e fundos de investimentos da Companhia desde que tenham como objetivo a proteção das carteiras, podendo, também, realizar operações de síntese de posição do mercado à vista; não podendo, todavia, gerar cumulativamente com as posições detidas à vista, exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido de cada fundo de investimento.

No caso dos contratos futuros de DI, DAP e opções de juros IDI, realizamos operações de síntese de posição do mercado à vista e proteção contra os efeitos da variação dos preços das Letras do Tesouro Nacional e das Notas do Tesouro Nacional (séries F e B). No caso dos contratos de opções sobre taxa de câmbio de reais por dólar comercial buscamos mitigar riscos da variação de preço a esta moeda. No caso dos contratos futuros de IBOVESPA buscamos refletir à variação do preço das ações quando relacionados com operações compromissadas.

Considerando o que determina a legislação vigente, as operações com derivativos realizados nas carteiras e fundos de investimento da Companhia, tem por objetivo a proteção das carteiras, não gerando perdas ou ganhos devido à contrapartida do resultado do ativo objeto da operação.

Em 31 de dezembro de 2017 o diferencial a pagar/receber registrado em conta de passivo dos fundos totalizava R\$ (20) (R\$ 10 em 31 de dezembro de 2016), conforme demonstrativo a abaixo:

Fundo de investimento exclusivo	Compromisso	Prazo de Realização	Quantidade	2017	
				Valor de referência	Ajuste (último dia)
Futuro DI	Compra	De 1 a 5 anos	1.440	134.250	10
	Venda	De 1 a 5 anos	1.047	(95.380)	(30)
Total			2.487	38.870	(20)

Fundo de investimento exclusivo	Compromisso	Prazo de Realização	Quantidade	2016	
				Valor de referência	Ajuste (último dia)
Futuro DI	Compra	De 1 a 5 anos	1.320	33.336	11
	Compra	Acima de 5 anos	1.070	15.590	(1)
	Venda	De 1 a 5 anos	200	(6.572)	-
Total			2.590	42.354	10

(*) DI1 - Contrato futuro de taxa média de depósitos interfinanceiros de 1 dia.

6 Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários

	2017			2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Impostos a compensar	73.936	-	73.936	71.245	-	71.245
Créditos tributários diferidos (b-i)	-	26.666	26.666	-	119.927	119.927
Obrigações fiscais diferidas (b-ii)	-	(7.438)	(7.438)	-	(9.909)	(9.909)
Total	73.936	19.228	93.164	71.245	114.018	185.263

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Créditos tributários diferidos

	Saldo em 2016	Constituição	Realização	Saldo em 2017
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Provisões para contingências fiscais	5.248	334	(119)	5.463
Provisões para contingências cíveis	397	241	(340)	298
Provisões para contingências trabalhistas	107	-	(104)	3
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	20.067	-	-	20.067
Outros	8.620	811	(796)	8.35
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	26.639	1.386	(1.359)	26.666
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	93.288	-	(93.288)	-
Total dos créditos tributários	119.927	1.386	(94.647)	26.666

	Saldo em 2015	Constituição	Realização	Saldo em 2016
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Provisões para contingências fiscais	4.951	558	(261)	5.248
Provisões para contingências cíveis	373	547	(523)	397
Provisões para contingências trabalhistas	29	136	(58)	107
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	27.864	-	(7.797)	20.067
Outros	2.188	325	(1.693)	820
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	35.405	1.566	(10.332)	26.639
Ajuste ao valor de mercado - títulos disponíveis para venda	179.882	25.911	(112.505)	93.288
Total dos créditos tributários	215.287	27.477	(122.837)	119.927

(ii) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 2016	Constituição	Realização	Saldo em 2017
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	-	1.316	-	1.316
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial	5.909	213	-	6.122
Total	5.909	1.529	-	7.438
Saldo em 2015	5.606	308	(5)	5.909
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial	5.606	308	(5)	5.909
Total	5.606	308	(5)	5.909

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2018	684	440	1.124
2019	262	143	405
2020	222	120	342
2021	205	111	316
2022 em diante	15.385	9.094	24.479
Total	16.758	9.908	26.666

Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa real de juros, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 23.988 mil.

7 Imobilizado

	Saldo em 2016	Aquisição	Depreciação	Baixa	Saldo em 2017
Bens móveis	222	7	(55)	-	174
Outras imobilizações	1.122	2	(147)	-	977
Total	1.344	9	(202)	-	1.151
Saldo em 2015	300	16	(85)	(9)	222
Bens móveis	300	16	(85)	(9)	222
Outras imobilizações	1.291	-	(169)	-	1.122
Total	1.591	16	(254)	(9)	1.344

8 Intangível

	Saldo em 2016	Aquisição	Amortização	Saldo em 2017
Sistema de computação	45.317	29.790	(15.276)	59.831
Total	45.317	29.790	(15.276)	59.831
Saldo em 2015	28.908	24.882	(8.473)	45.317
Sistema de computação	28.908	24.882	(8.473)	45.317
Total	28.908	24.882	(8.473)	45.317

9 Obrigações a pagar

	2017	2016
Partes Relacionadas (nota 16)	112.843	306.863
Fornecedores	12.038	178
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	941	52
Participação nos lucros a pagar	484	440
Outras obrigações	19.851	4.698
Total	146.157	312.231

10 Impostos e contribuições

	2017	2016
Imposto de renda	139.060	130.868
Contribuição social	126.930	119.129
COFINS	2.625	2.642
PIS	427	429
Total	269.042	253.068

11 Provisões técnicas

a. Composição

	2017	2016
Provisão matemática para capitalização	6.130.073	5.868.448
Provisão para resgates	744.950	719.323
Provisão para despesas administrativas	103.795	96.982
Provisão para sorteios a realizar	55.764	42.357
Provisão para sorteios a pagar	19.711	14.290
Total	7.054.293	6.741.400

b. Movimentação das provisões técnicas

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	6.741.400	6.893.483
(+) Constituições (resgates e sorteios)	5.221.369	5.170.866
(-) Resgates/sorteios pagos	(5.266.705)	(5.786.196)
(-) Baixa de títulos prescritos	(32.808)	(33.089)
(-) Penalidade sobre resgate antecipado	(1.433)	(1.628)
(+) Atualização monetária e juros	392.470	479.964
Saldo em 31 de dezembro	7.054.293	6.741.400

12 Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

(i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados.

A principal discussão refere-se em debetibilidade da CSLL na base de cálculo do IR, com provisão e depósito judicial no valor de R\$ 9.409 (R\$ 9.073 em dezembro de 2016), a qual a Companhia pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo do IR, determinada pelo Artigo 1º da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória.

(ii) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras".

Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses (para ex-funcionários) e últimos 60 meses (para terceiros).

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários da Companhia não têm valores relevantes.

(iii) Processos cíveis

Referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

(iv) Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	21.010	266	939	22.215
Constituição líquida de reversões e baixas	(-)	(241)	6.213	5.931
Pagamentos	-	(16)	(6.408)	(6.424)
Atualização monetária	556	-	-	556
Saldo em 31 de dezembro de 2017	21.525	9	744	22.278
Saldo em 1º de janeiro de 2016	20.545	66	857	21.458
Constituição líquida de reversões e baixas	(290			



17 Detalhamento das contas de resultado

a. Custo de aquisição

	2017	2016
Despesas de custeamento de venda	(32.395)	(43.957)
Despesas de corretagem	(2.648)	(5.745)
Outros custos de Aquisição.....	(3.896)	(1.498)
Total	(38.939)	(51.200)

b. Outras receitas e despesas operacionais

	2017	2016
Receita com baixa de títulos prescritos.....	32.809	33.089
Constituição/reversão de provisão para contingências cíveis.....	194	(92)
Outras receitas e despesas operacionais	(11.289)	3.350
Total	21.714	36.347

c. Despesas administrativas

	2017	2016
Despesas com pessoal próprio	(27.363)	(25.673)
Ordenados.....	(13.668)	(13.731)
INSS/FGTS.....	(4.957)	(4.913)
Planos de previdência privada (nota 15).....	(610)	(457)
Honorários da Administração	(298)	(773)
Outras.....	(7.830)	(5.799)
Despesas com localização e funcionamento	(32.747)	(30.630)
Despesas com serviços de terceiros.....	(15.703)	(22.779)
Despesas com publicidade e propaganda institucional.....	(13.358)	(26.345)
Despesas com donativos e contribuições	(8.128)	(5.659)
Despesas administrativas diversas	(1.570)	(1.739)
Total	(98.869)	(112.825)

d. Despesas com tributos

	2017	2016
Despesas com COFINS.....	(23.590)	(20.235)
Despesas com PIS.....	(3.833)	(3.288)
Despesas com taxa de fiscalização	(1.886)	(1.968)
Impostos federais/estaduais/municipais.....	(463)	(187)
Total	(29.772)	(25.678)

e. Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	852.064	974.432
Atualização monetária de créditos tributários.....	4.225	19.329
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	548	757
Receitas com títulos de renda variável - dividendos e juros sobre o capital próprio.....	-	7.419
Subtotal	856.837	1.001.937
Despesas financeiras		
Atualização monetária das provisões técnicas.....	(392.470)	(479.964)
Despesas com títulos de renda fixa e renda variável.....	(90.912)	(9.771)
Tributação sobre operações financeiras	(4.825)	(9.687)
Atualização monetária de provisões judiciais.....	(556)	(755)
Outras despesas financeiras	(479)	(344)
Subtotal	(489.242)	(530.521)
Total	367.595	471.416

f. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2017	2016
Impostos diferidos		
Realização/Constituição no exercício sobre adições temporárias	(187)	(9.069)
Subtotal	(187)	(9.069)
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(355.453)	(341.809)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(355.640)	(350.878)

18 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2017	2016
Resultado antes de impostos e participações	791.239	782.741
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 20%, respectivamente	(356.058)	(352.233)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações no lucro	231	220
Dividendos.....	-	96
Doações, patrocínios e brindes.....	(5.297)	(5.675)
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos.....	(1.130)	(872)
Contribuição de entidade de classe	(170)	(135)
Outros valores	6.784	7.721
Imposto de renda e contribuição social contabilizados no exercício	(355.640)	(350.878)
Alíquota efetiva	44,95%	44,83%

19 Outras informações

a. Relatório do Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 6 de fevereiro de 2018, no jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

DIRETORIA

Jorge Pohlmann Nasser
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Jair de Almeida Lacerda Júnior
Curt Cortese Zimmermann
Eugênio Liberatori Velasques (*)
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa
Vinicius Marinho da Cruz
Juliano Ribeiro Marcllio

Diretor-Geral
Diretor-Gerente
Diretor-Gerente
Diretor-Gerente
Diretor
Diretor
Diretor

Bernardo Ferreira Castello
Atuário - MIBA nº 1717

Getúlio Antônio Guidini
Contador CRC-1RS034447/O-7S-SP

(*) Na Assembleia Geral Extraordinária de 22 de janeiro de 2018, foi registrado o pedido de renúncia do diretor Eugênio Liberatori Velasques, bem como a designação de suas atividades entre os demais diretores da Companhia perante a SUSEP.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Bradesco Capitalização S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de fevereiro de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Erika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

Bradesco Capitalização S.A.

Barueri – SP

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência da Bradesco Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2017, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e sobre demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange nossa opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Bradesco Capitalização S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência acima referidos da Bradesco Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também

a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio do FIP, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Barueri, 26 de fevereiro de 2018.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CNPJ: 02.668.801/0001-55
CIBA 48

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A. 04711-904 - São Paulo – SP – Brasil

Anexo I

Bradesco Capitalização S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	31/12/2017
Total de provisões técnicas auditadas	7.054.293
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2017
Provisões Técnicas (a)	7.054.293
Valores redutores (b)	0
Total a ser coberto (a-b)	7.054.293
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2017
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	387.308
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	387.308
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2017
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	973.662
Exigência de Capital (CMR) (b)	387.308
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	586.354
Ativos Garantidores (d)	7.880.893
Total a ser Coberto (e)	7.054.293
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	826.600
Ativos Líquidos em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas (g)	826.600
Capital de Risco (CR) (h)	395.551
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	209%

(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.